



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de subscrição, pelo período de 12 (doze) meses, de 15 (quinze) licenças de uso completas do *software Adobe Creative Cloud* para Equipes, com suporte ao idioma português (Brasil).

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A necessidade de adquirir as licenças ora citadas, adequadas para a continuidade da produção gráfica e digital, justifica-se pela demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da ASCOM e destinados à divulgação de serviços digitais ao cidadão e a campanhas da Justiça Eleitoral.

Esta contratação, em especial, envolve diversas áreas do Tribunal, que utilizam aplicativos específicos na otimização da criação de projetos gráficos, tais como edição de imagens e vídeos, desenvolvimento *web* e diagramação de materiais publicitários.

A contratação de 15 (quinze) subscrições do pacote de *software Adobe Creative Cloud For Teams Complete All Apps Multiple Platforms, Multiple Languages (level 2 10-49), Team Licencing Subscription. 1 year. Idioma Português (Brasil) / Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows*, suíte que engloba uma série de *softwares* da família Adobe (Photoshop, Illustrator, Indesign, After Effects, entre outros), justifica-se pela demanda hoje existente envolvendo os trabalhos realizados pela equipe da Assessoria de Comunicação Social – ASCOM.

O atendimento às demandas de material gráfico para divulgação de serviços digitalizados acima citados envolve público cada vez mais integrado às redes sociais e às comunicações instantâneas e isso impõe a adaptação do próprio conteúdo produzido e da forma de apresentação.

Ademais, o *software Adobe Creative Cloud* é oferecido como um serviço de subscrição anual que oferece aos usuários acesso a uma coleção de aplicativos desenvolvidos pela empresa Adobe Systems voltados para design gráfico, edição de vídeo, desenvolvimento *web*, fotografia e serviços em nuvem.

Portanto, considerando que a atual subscrição finda em 21/11/2022 (contrato n. 140/2018) e que, atualmente, o número de subscrições não atende a necessidade de produção digital desta Assessoria, tem-se como necessária nova contratação e ampliação do serviço para garantir a continuidade dos serviços demandados à ASCOM.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.2. Objetivos e Benefícios

A manutenção da atual solução tecnológica possibilita o impulso das atividades relativas à produção gráfica e digital, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PEI	<p>I - Para a perspectiva Resultados para a Sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none">OERS4 – Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade: refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil. <p>II – Para a perspectiva Processos Internos:</p> <ul style="list-style-type: none">OEPI3 – Promoção da Sustentabilidade: aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.
PLS	<ul style="list-style-type: none">Aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público;Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos.Conscientizar o uso das impressões e redução de impressoras.
Instrumentos Estratégicos Setoriais	<ul style="list-style-type: none">AE04 - Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais;AE06 - Manter parque tecnológico atualizado;

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Assessoria de Comunicação Social, juntados



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ao Processo Administrativo Eletrônico n. 24.582/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Considerando as demandas da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), da Escola Judiciária Eleitoral (EJESC) e das Coordenadorias de Gestão da Informação (CGI) e de Soluções Corporativas (CSC) para execução dos projetos estratégicos eleitorais, segue, no quadro abaixo, o quantitativo necessário por unidade:

Unidade	Quantitativo de subscrições	Justificativa
ASCOM	10 (dez) unidades	Produção de vídeo, design gráfico para mídias sociais, campanhas e projetos institucionais.
EJESC	3 (duas) unidades	Produção de vídeo, design gráfico para mídias sociais, campanhas e projetos institucionais.
CGI/SJ	1 (uma) unidade	Elaboração do Diário Oficial da Justiça Eleitoral (sede e zonas eleitorais).
CSC-SGCW/STI	1 (uma) unidade	Produção de vídeos tutoriais institucionais.
TOTAL	15 (quinze) unidades	

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares juntados aos autos do PAE n. 24.582/2022.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

O objeto a ser licitado possui características comuns e usuais encontradas no mercado de TI, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme especificações técnicas constantes do item 3 adiante, e quantidades estabelecidas na tabela abaixo:

Item	Objeto	Quantidade
1	Subscrição, pelo período de 12 (doze) meses, de licenças de uso completas do <i>software</i> Adobe Creative Cloud para Equipes, com suporte ao idioma português (Brasil).	15 (quinze) licenças

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O objeto a ser contratado é comercializado como pacote único que contempla todos os aplicativos demandados. Dessa forma, não há possibilidade de parcelamento do objeto, devendo a



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

adjudicação do item se dar a favor de um único licitante.

2.10. Seleção do Fornecedor

Será selecionado o licitante que, por meio de processo licitatório, atender aos requisitos previstos em lei (habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira) e às demais exigências editalícias, bem como oferecer a proposta mais vantajosa à Administração.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- a) 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser exigido:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão”, sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

2.12. Impacto Ambiental

2.12.1. Dos resíduos sólidos

Para fins de atendimento à Agenda Ambiental do TRE-SC e às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a empresa contratada deverá se



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

responsabilizar, quando couber, pelo mecanismo de logística reversa.

2.13. Conformidade Técnica

Visando garantir a qualidade do produto adquirido e, principalmente, o alcance dos objetivos da contratação, os produtos fornecidos deverão garantir suporte em Português (Brasil).

2.14. Obrigações da Proponente

A empresa proponente deve disponibilizar todos os informativos técnicos necessários à análise da proposta quanto ao atendimento dos requisitos técnicos exigidos.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital;

2.15.2. Promover, através de seu representante, a servidora titular da Assessoria de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.15.3. Efetuar o recebimento definitivo em até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993; ou 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Fornecer as licenças no prazo e nas demais condições e especificações constantes da proposta;

2.16.2. Entregar o objeto, física ou eletronicamente (ESD), com as devidas chaves, senhas e orientações, em até 10 (dez) dias, a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

2.16.2.1. Habilitar as subscrições em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.16.2.2. A data de início da contagem do período de um ano da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação;

2.16.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TRE-SC;

2.16.4. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Contratação de subscrição, pelo período de 12 meses, de 15 (quinze) licenças completas do *software* Adobe Creative Cloud para Equipes, com as seguintes especificações técnicas mínimas:

Id.	Requisito Técnico
1	Adobe Creative Cloud For Teams
2	All Apps Multiple Platforms
3	Multiple Languages (level 2 10-49)
4	Team Licencing Subscription. 1 year
5	Idioma Português (Brasil)
6	Compatibilidade com os sistemas operacionais Microsoft Windows, suíte que engloba uma série de softwares da família Adobe (Photoshop, Illustrator, Indesign, After Effects, entre outros)

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Adobe Creative Cloud For Teams.

3.1.2. Códigos SIASG

Código SIASG: 27.502

3.1.3. Vigência

3.1.3.1. O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o término da vigência da subscrição anual do *software*, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.1.3.2. A data de início da contagem do período de um ano da subscrição dar-se-á a partir da sua ativação.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica.

Florianópolis, em 5 de setembro de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRE-SC e da Contratada

A função de Gestor do Contrato caberá à servidora titular da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), ou seu substituto ou sua substituta, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 68, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015-130, telefone (48) 3251-7495 e endereço eletrônico: pres-ascom@tre-sc.jus.br.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

A Contratada deve habilitar as subscrições **em até 10 (dez) dias corridos** após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

1.3. Instrumentos Formais

Será lavrado termo de contrato entre o TRE-SC e o licitante vencedor, que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993, e pelo Decreto n. 10.024/2019.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

1.5.1. O gestor manterá controle acerca da qualidade das subscrições, a fim de subsidiar futuras contratações.

1.5.2. A comunicação entre o TRE-SC e a Contratada poderá ocorrer por contato telefônico, e-mail ou pessoalmente, conforme dados que seguem:

Assessoria de Comunicação Social

Titular: Ana Patrícia Tancredo Gonçalves;

Telefone: (48) 3251-3835;

Endereço: Rua Esteves Júnior, 68, 10º andar, 88015-130, Florianópolis/SC;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

E-mail: pres-ascom@tre-sc.jus.br

1.5.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação, pela Contratante, da conformidade da entrega do objeto, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos pela Assessora de Comunicação Social do TRE-SC, ou seu substituto ou sua substituta.

1.5.4. A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Exigir o cumprimento de todos os itens especificados;
- b) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;
- c) Esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução;

1.5.5. A existência do acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões por ela praticados, que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou após a entrega dos materiais.

1.5.6. Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam deverão ser sanadas junto à ASCOM do TRE-SC, conforme dados fornecidos no item 1.5.2.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

1.6.1. Caberá a Assessora de Comunicação Social, ou seu substituto ou sua substituta, efetuar o recebimento provisório e definitivo das subscrições.

1.6.2. O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado (habilitação das subscrições).

1.6.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

1.7.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

1.7.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1. 11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas no subitem 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.